

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Energética Suape II S/A
Cabo de Santo Agostinho - PE

Examinamos as demonstrações contábeis da **Energética Suape II S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S/A** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 1, devido ao atraso na construção da subestação pela CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), a Companhia adiou o início das operações comerciais para junho de 2012, sendo postergado novamente para janeiro de 2013. Decorrente deste atraso, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) aplicou penalidades no montante de R\$ 15.355 mil, notificando a Companhia quanto a possibilidade de construir e explorar a usina. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade remota de perda, não constituiu provisão referente a este assunto. Em complemento a este fato, foi concedido em 24 de janeiro de 2013 pela superintendência de fiscalização dos serviços de geração da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) a liberação para início da operação comercial, nos termos publicados no Diário Oficial da União.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 13 de janeiro de 2012, os quais continham uma ressalva relativa a contratos de empréstimos com cláusulas de covenants que exigiam a manutenção de um fundo de liquidez em conta de reserva cujo montante total mínimo deveria ser de aproximadamente R\$ 39.000 mil. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía um total de R\$ 18.000 mil registrado neste fundo, descumprindo esta cláusula de covenants, podendo ocasionar a possibilidade de vencimento antecipado da dívida e foi proposta a reclassificação entre passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 350.963 mil. A referida ressalva foi mitigada com o recebimento de uma confirmação sobre adequação dos montantes registrados em fundos pelo banco.

Além da ressalva referente aos covenants, foram dados como parágrafos de ênfase os seguintes assuntos: a) A Companhia vem aplicando recursos significativos na construção da usina termelétrica. De acordo com as estimativas e projeções da Administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 196.255 mil, e a Administração entende que, para a finalização da construção da usina, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros. A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 conseguiu mitigar os efeitos descritos em ênfase pela postergação de dívidas de curto prazo - NCI por um ano e Ponte por mais 7 meses. Em 29 de janeiro de 2013, a Companhia captou R\$ 150 milhões por meio de emissão de uma cédula de crédito bancário junto ao Itaú BBA, com 84 meses de prazo, sendo 12 meses de carência. Assim, as medidas tomadas durante os exercícios de 2012 e 2013 nos deram maior conforto sobre o nível endividamento da Companhia; e b) Devido ao atraso na construção de subestação pala CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), a Companhia adiou o início das operações comerciais para junho de 2012. Decorrente desse atraso, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) aplicou penalidades no montante de R\$ 15.355 mil, notificando a Companhia quanto a possibilidade de revogação da autorização para construir e explorar a usina. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade remota de perda, não constituiu provisão referente a este assunto. A Companhia obteve em janeiro de 2013 uma sentença de mérito em sede de Mandado de Segurança favorável ao seu pleito de recebimento da renda fixa até o início da operação comercial, confirmando a possibilidade de perda remota do assunto descrito acima.

Demonstração de valor adicionado

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é considerada obrigatória. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Recife, 18 de janeiro de 2013.

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2012	2011		Nota explicativa	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.242	1.890	Fornecedores	10	26.444	96.304
Contas a receber	5	25.954	-	Empréstimos, financiamentos e encargos	11	150.932	170.670
Aplicações financeiras restritas	4	66.692	65.609	Tributos e contribuições sociais	12	11.308	1.394
Tributos e contribuições a recuperar	6	7.117	2.389	Dividendos propostos	13	1.990	-
Despesas pagas antecipadamente		73	2.227	Obrigações estimadas		237	217
Outros créditos		206	217	Provisões de P&D		169	-
		122.284	72.332	Outras contas a pagar		1	2
						191.081	268.587
Não circulante				Não circulante			
Títulos a receber	5	574	-	Empréstimos, financiamentos e encargos	11	393.928	350.963
Aplicações financeiras restritas	4	65.021	109.098	Coligadas e controladas	15	56.048	51.385
Ativo fiscal diferido	6	10.078	-	Passivo fiscal diferido	12	9.688	-
Imobilizado	7	599.088	593.531	Provisões de P&D		682	-
Intangível	8	75	69			460.346	402.348
Diferido	9	672	840				
		675.508	703.538	Patrimônio líquido			
				Capital social	16.1	139.977	139.977
				Reserva legal	16.2	419	-
				Reserva de lucros		5.969	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		-	(35.042)
						146.365	104.935
Total do ativo		797.792	775.870	Total do passivo e do patrimônio líquido		797.792	775.870

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2012	2011
Receita líquida de vendas	18	164.598	-
(-) Custo dos produtos vendidos	19	(36.974)	-
(=) Lucro bruto		127.624	-
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(20.359)	(17.491)
Despesas financeiras	19	(64.638)	(15.953)
Receitas financeiras	19	12.062	8.162
Variação cambial líquida	19	(3.766)	(786)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	1.462	-
(=) Resultado antes das provisões tributárias		52.385	(26.068)
(-) Imposto de Renda	12	(6.586)	-
(-) Contribuição Social	12	(2.379)	-
(-) IR/CS diferidos		-	-
(=) Lucro/(prejuízo) do exercício		43.420	(26.068)
Lucro/(prejuízo) por ação	16.3	0,31	(0,19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros/prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	36.977	-	-	(8.974)	28.003
Integralização de capital	103.000	-	-	-	103.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(26.068)	(26.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>139.977</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35.042)</u>	<u>104.935</u>
Lucro do exercício				43.420	43.420
Constituição de reserva legal		419		(419)	-
Dividendos propostos				(1.990)	(1.990)
Constituição de reserva de lucros			5.969	(5.969)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>139.977</u>	<u>419</u>	<u>5.969</u>	<u>-</u>	<u>146.365</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido antes das provisões tributárias	43.420	(26.068)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Encargos de empréstimos e financiamentos	56.389	10.803
Juros, variações monetárias e cambiais	4.663	9.653
Depreciação e amortização	23.081	83
	127.553	(5.529)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Diminuição no contas a receber	(26.528)	-
(Aumento) nos impostos a recuperar	(14.806)	(2.118)
Aumento/(diminuição) nos demais ativos circulantes	2.165	(2.087)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	(69.860)	70.747
Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	19.622	1.197
Juros pagos no período	(54.808)	(34.685)
Diminuição em contas a pagar	850	2
Caixa líquido das atividades operacionais	(15.812)	27.527
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras restritas	42.994	(174.707)
Aquisição de imobilizado	(28.476)	(391.040)
Aquisição de intangível	-	(31)
Caixa líquido das atividades de investimentos	14.518	(565.778)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	61.002	457.656
Débitos com empresas ligadas	-	51.385
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.356)	(100.000)
Integralização de capital social	-	103.000
Caixa líquido das atividades de financiamentos	21.646	512.041
Aumento/(redução) líquido de caixa	20.352	(26.210)
Caixa no início do período	1.890	28.100
Caixa no final do período	22.242	1.890
Aumento/(redução) líquido de caixa	20.352	(26.210)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2012	2011
(=) Receitas			
Receitas com venda de mercadoria	18	183.145	-
Outras receitas operacionais	18	1.461	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	19	(30.960)	(13.020)
(=) Valor adicionado bruto		153.646	(13.020)
(-) Depreciação e amortização	19	(23.074)	(83)
(=) Valor adicionado líquido		130.572	(13.103)
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras e variações cambiais	19	12.741	8.958
(=) Valor adicionado total a distribuir		143.313	(4.145)
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações	19	1.092	1.098
Encargos sociais (exceto INSS)	19	115	101
Auxílio alimentação	19	88	90
Plano de saúde	19	99	72
Provisão para férias e 13º salário	19	258	298
Administradores	19	1.248	1.303
Convênio assistencial e outros benefícios	19	221	129
		3.121	3.091
Impostos, taxas e contribuições			
INSS	19	565	324
PIS e COFINS sobre faturamento	19	16.795	-
Imposto de renda e contribuição social	12	8.965	-
		26.325	324
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações cambiais	19	69.083	17.535
Aluguéis	19	1.364	973
		70.447	18.508
Remuneração de capitais próprios			
Lucro (prejuízo) do exercício		43.420	(26.068)
		43.420	(26.068)
Valor adicionado total distribuído		143.313	(4.145)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Energética Suape II S/A (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a implantação, geração e comercialização de energia elétrica por meio de uma Usina Termelétrica (UTE) a óleo combustível com capacidade de geração bruta de 381,225 MW.

A Companhia possui autorização concedida pela Portaria MME nº 217, de 19 de junho de 2008, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos a partir do dia 1º de janeiro de 2012, segundo termos e condições previstos no edital do leilão A-5 de energia nova, realizado em 16 de outubro de 2007.

O processo de construção da usina teve início em 2009, quando em 24 de março de 2009 foi celebrada Promessa de Compra e Venda de Imóvel entre a UTE Suape II e o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. A UTE Suape II, como promitente compradora habilitada a partir de concorrência pública, investiu R\$ 3.875 mil (três milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais) em uma área de 25 ha (vinte e cinco hectares) na Zona de Processamento de Exportação do Complexo de Suape, onde foi construída a usina.

Em 2010 foram contratados os fornecedores de equipamentos e serviços de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), incluindo o fornecimento de projetos básico e executivo, suprimento, construção, montagem, testes, pré-operação e partida, sendo a Wartsila Finland Oy fornecedora dos equipamentos da usina e os serviços de engenharia e construção sendo prestados por sua subsidiária no Brasil, a empresa Wartsila Brasil Ltda. A Toshiba foi responsável pelo fornecimento de transformadores elevadores, linhas de transmissão e bays de conexão (“Pacote Elétrico”). O investimento para implantação do empreendimento foi de R\$ 725.000 mil (setecentos e vinte e cinco milhões de reais), incluindo os Gastos de Capital (CAPEX - R\$ 688.000 mil) e Capital de Giro (R\$ 37.000 mil).

Em 2010, através da Resolução Autorizativa nº 2.656 de 14 de dezembro de 2010, a configuração da UTE Suape II foi atualizada de 350MW de potência instalada para 381,225MW.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava capital circulante líquido (CCL) negativo no valor de R\$ 73.391 mil (2011 - R\$ 196.255 mil). Tal situação foi revertida em janeiro de 2013, com a amortização integral de suas dívidas bancárias de curto prazo (Nota de Crédito Industrial e empréstimo-ponte) junto ao Banco do Nordeste do Brasil, viabilizada por meio de captação de R\$ 150.000 mil (cento e cinquenta milhões de reais) via colocação de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com prazo de 84 meses junto ao banco Itaú BBA.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

Início das operações comerciais

Em 31 de dezembro de 2012 a companhia encontrava-se em comissionamento, visando a conclusão do processo de integração de seu sistema de transmissão de interesse restrito com o Sistema Interligado Nacional por meio da SE Suape II, da CHESF.

Em 16 de janeiro de 2013 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização da ANEEL para início das operações em teste da usina, nos termos da Resolução Normativa ANEEL n° 433/2003.

Finalmente, em 24 de janeiro de 2013, através de publicação de Despacho no Diário Oficial da União, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da UTE Suape II.

Contudo, permanece a necessidade de tutela jurisdicional para preservação do direito da companhia de auferir a receita fixa dos CCEARs e suspender as penalidades regulatórias constituídas pela CCEE no exercício social de 2012. Em defesa desse direito, em 19 de dezembro de 2011, a Companhia impetrou Mandado de Segurança em face da ANEEL e da CCEE, solicitando a suspensão da cobrança do aporte de garantias financeiras e penalidades constituídas pelas referidas instituições em função do atraso do início de sua operação comercial. Como fundamento, a Companhia argumentou que estava apta a cumprir com suas obrigações contratuais e regulatórias, já que o empreendimento (usina termelétrica e sistema de transmissão de interesse restrito) já havia sido construído e estava disponível a gerar energia para o Sistema Interligado Nacional. No Mandado de Segurança a Companhia destacou ainda que o atraso do início de sua operação comercial, previsto pela Portaria MME n° 217/2007 para ocorrer em 01 de janeiro de 2012, ocorreu por culpa exclusiva da CHESF, que atrasou a implantação de sua subestação elevatória, ponto de conexão da UTE Suape II ao Sistema Interligado Nacional. Por este motivo o aporte de garantias financeiras e o processo de desligamento da usina pretendidos pela ANEEL e CCEE deveriam ser suspensos.

Com base nos argumentos acima descritos, o Mandado de Segurança foi concedido pelo Juiz Federal da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal obrigando as impetradas ao imediato cumprimento da decisão de suspensão.

Em 28 de janeiro de 2013 foi divulgada sentença, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, favorável a Energética Suape, onde foi ratificada a decisão que deferiu em parte o pedido liminar e concedeu parcialmente a segurança pleiteada para anular os efeitos do Despacho n° 217/2012 - ANEEL em relação à impetrante. Na decisão, o juízo singular determinou o cumprimento pleno do contrato de concessão (CCEAR referente ao Leilão A-5 de 2007), inclusive mediante o pagamento de receita fixa à concessionária, independentemente da aquisição de lastro de energia no mercado ou outra modalidade de garantia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em acordo às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, perdas estimadas com realização de estoques, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Não existem resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Por isso, a demonstração de resultados abrangentes não está sendo apresentada.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.2.2. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*'impairment'*).

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado são compostos por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

2.2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia avaliou a existência de que o valor contábil de seus ativos excedesse o seu valor recuperável e concluiu pela não existência de tais indicativos.

2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é definido como o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.2.6. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.7. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

2.2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, após deduções de prejuízos acumulados, seja distribuído à título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como “Proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido da Companhia.

2.2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.10. Apuração do resultado

As despesas e receitas são reconhecidas de acordo com o regime contábil da competência.

2.2.11. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação

2.2.12. Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As interpretações e alterações das normas brasileiras já emitidas pelo CPC que se tornaram obrigatórias a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são:

- Revisão do CPC 00 - Pronunciamento conceitual básico;
- Revisão do CPC 15 - Combinação de negócios;
- Revisão do CPC 17 - Contratos de construção;
- Revisão do CPC 18 - Investimento em coligada e em controlada;
- Revisão do CPC 19 - Investimento em empreendimento controlado em conjunto;
- Revisão do CPC 20 - Custos de empréstimos;
- Revisão do CPC 21 - Demonstração intermediária;
- Revisão do CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis;
- Revisão do CPC 30 - Receitas;
- Segunda revisão do CPC 35 - Demonstrações separadas;
- Segunda revisão do CPC 36 - Demonstrações consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

Algumas normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;
- Improvements to IFRS 2010;
- IFRS 9 Financial Instruments;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia dos órgãos reguladores.

Durante o exercício de 2011 e 2012, o CPC colocou em audiência pública os normativos abaixo, os quais ainda não se encontram em vigor:

- CPC 44 - Demonstrações combinadas;
- OCPC 6 - Apresentação de informações financeiras pro forma;
- OCPC 8 - Contabilização de proposta de pagamento de dividendos;
- OCPC 9 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo.

A Companhia não estimou a extensão do impacto dessas novas normas em suas demonstrações contábeis, o que será realizado quando da entrada em vigor dessas normas.

2.3. Práticas contábeis - específicas do setor elétrico

2.3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nº 370, de 30 de junho de 2009.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

2.3.2. Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

Nas demonstrações financeiras, estes sistemas auxiliares não foram utilizados. Os sistemas somente serão utilizados quando do início das operações pela Companhia.

2.3.3. Depreciação

A depreciação até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 era calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e Resolução ANEEL nº 15, de 24 de dezembro de 1997.

Com o início do recebimento da receita fixa dos CCEARs pela disponibilização de capacidade de geração de energia em 2012, as taxas anuais utilizadas estão conforme determinados pela tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 2, de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, e artigo 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Para os ativos em serviço administrativo, a Administração da Companhia avaliou as referidas taxas utilizadas, e concluiu que as mesmas refletem a efetiva vida útil do seu ativo imobilizado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e depósitos bancários a vista	48	13
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	22.116	1.877
Poupança	78	-
	<u>22.242</u>	<u>1.890</u>

As Aplicações financeiras são de liquidez imediata e apresentam taxas de rendimento variando entre 98% a 103% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

4. Aplicações financeiras restritas

	Tipo de vínculo	Vencimento	Indexador	2012	2011
Instituição financeira:					
Banco do Nordeste do Brasil	FAT- Proinfra (a)	06/12/2013	98 % CDI	66.692	105.861
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FNE (b)	10/11/2026	0,6377 % a.m	21.644	14.825
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FAT (b)	16/12/2025	0,6377 % a.m	13.970	3.114
Banco do Brasil	Partes relacionadas (c)	15/07/2016	100,5% CDI	29.407	50.907
				131.713	174.707
Circulante				(66.692)	(65.609)
Não circulante				65.021	109.098

- (a) Corresponde ao empréstimo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ainda bloqueado para movimentação, aguardando liberação, conforme cláusulas contratuais. Este saldo é segregado entre circulante e não circulante de acordo com o cronograma de liberação de recursos;
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para garantia de pagamento dos empréstimos, conforme cláusulas contratuais;
- (c) Corresponde a depósito bancário por parte do acionista Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás, conforme descrito em Nota Explicativa nº 14.

5. Contas a receber

	2012	2011
Cientes nacionais	26.528	-
	26.528	-
Circulante	(25.954)	-
Não circulante	574	-

Os valores do contas a receber são referentes aos faturamentos efetuados mediante contrato de fornecimento de energia.

6. Tributos e contribuições

	2012	2011
Imposto de Renda - IR	3.111	-
Contribuição social	2.540	-
Imposto de Renda diferido (a)	7.410	-
Contribuição Social diferida (a)	2.668	-
IRRF sobre aplicação financeira	1.466	2.383
Outros	-	6
	17.195	2.389
Circulante	(7.117)	(2.389)
Não circulante	10.078	-

- (a) Referente a ajustes de RTT relativos aos prejuízos apurados em períodos pré- operacionais, o qual será revertido quando da amortização fiscal.

ENERGÉTICA SUAPE II S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

7. Ativo imobilizado

	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e Utensílios	Computadores e periféricos	Total em Operação	Imobilizado em curso (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.882	118	30	194	83	28	4.335	165.341	169.676
Aquisição	5.184	7	-	-	117	14	5.322	418.614	423.938
Depreciação	-	(14)	(2)	(44)	(14)	(7)	(81)	-	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>9.066</u>	<u>111</u>	<u>28</u>	<u>150</u>	<u>186</u>	<u>35</u>	<u>9.576</u>	<u>583.955</u>	<u>593.531</u>
Custo total	9.066	141	34	217	218	43	9.719	583.955	593.674
Depreciação acumulada	-	(30)	(6)	(67)	(32)	(8)	(143)	-	(143)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2011	<u>9.066</u>	<u>111</u>	<u>28</u>	<u>150</u>	<u>186</u>	<u>35</u>	<u>9.576</u>	<u>583.955</u>	<u>593.531</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.066	111	28	150	186	35	9.576	583.955	593.531
Aquisição	36	178	34	-	37	-	285	28.191	28.476
Transferência (b)	-	463.521	120.028	67	271	(35)	583.852	-583.876	(24)
Depreciação	-	(19.246)	(3.560)	(43)	(46)	-	(22.895)	-	(22.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>9.102</u>	<u>444.564</u>	<u>116.530</u>	<u>174</u>	<u>448</u>	<u>-</u>	<u>570.818</u>	<u>28.270</u>	<u>599.088</u>
Custo total	9.102	463.840	120.096	284	534	-	593.856	28.270	622.126
Depreciação acumulada	-	(19.276)	(3.566)	(110)	(86)	-	(23.038)	-	(23.038)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2012	<u>9.102</u>	<u>444.564</u>	<u>116.530</u>	<u>174</u>	<u>448</u>	<u>-</u>	<u>570.818</u>	<u>28.270</u>	<u>599.088</u>
Depreciação anual - %		4,90%	3,50%	20%	10%	10%			

(a) Refere-se as aquisições de máquinas e equipamentos e aos gastos de edificações incorridos na construção da usina termelétrica;

(b) Valores transferidos para o intangível

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

8. Ativo intangível

	<u>Direito de uso de software</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	40
Adição	31
Amortização	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	69
Custo total	72
Amortização acumulada	(3)
Valor residual	69
Saldos em 31 de dezembro de 2011	69
Transferência (a)	24
Amortização	(18)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	75
Custo total	96
Amortização acumulada	(21)
Valor residual	75
Amortização anual - %	20

(a) Valores transferidos do imobilizado

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do software.

9. Ativo diferido

	<u>Despesas pré-operacionais</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	461	379	840
Amortização	(93)	(75)	(168)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	368	304	672
Custo total	461	379	840
Amortização acumulada	(93)	(75)	(168)
Valor residual	368	304	672
Amortização anual - %	20	20	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

O Ativo Diferido foi constituído em 2008 e corresponde as despesas administrativas, de serviços e consultorias dentre outros. Estes gastos referem-se à fase inicial de implantação da usina.

A Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, eliminou a conta Ativo Diferido. Entretanto, através de seu art. 229-A, o saldo constante nesta conta em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer nessa rubrica até sua completa amortização, sujeito à análise de recuperação.

A Administração da Companhia vem amortizando os valores registrados em seu intangível a partir do início do recebimento da Receita Fixa, conforme o pronunciamento técnico CPC 01.

10. Fornecedores

	2012	2011
Materiais e serviços		
Wartsila Finlândia	7.372	59.385
Wartsila Brasil	4.233	25.032
Petrobras Distribuidora S.A.	1.710	4.274
Toshiba do Brasil Ltda.	1.910	4.955
Rveras Consultoria	9.641	49
Outros fornecedores	1.578	2.609
	26.444	96.304

11. Empréstimos e financiamentos

	Objetivo	Juros	Circulante		Não circulante	Total		
			Principal	Encargos	Principal	2012	2011	
Instituição financeira								
BNB - NCI	Capital de giro	1,0632% a.m	54.171	4.492	-	58.663	51.985	(a)
BNB - Ponte 2	Construção UTE	14,99% a.a	67.337	5.016	-	72.353	115.718	(b)
BNB - FAT	Construção UTE	TJLP + 4% a.a	16.352	768	196.229	213.349	213.493	(c)
BNB - FNE	Construção UTE	10% a.a	1.684	1.112	197.699	200.496	140.437	(d)
			139.544	11.388	393.928	544.860	521.633	

A Companhia obteve junto ao BNB, com garantias da Nova Cibe Energia S/A, os contratos dos financiamentos, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Em 25 de outubro de 2010 foram contratados R\$ 50.000 mil de Nota de Crédito Industrial, com taxa de 14,94% ao ano, incorrendo juros mensais, para complemento à necessidade de caixa para o tocante às atividades de implantação da UTE SUAPE II.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

No dia 25 de outubro de 2011, foi feito aditivo referente a esse contrato que teve por finalidade alterar o vencimento final do instrumento de crédito acima caracterizado. O vencimento final foi repactuado para 25 de julho de 2012, passando a vigorar da seguinte forma: O principal da dívida seria pago ao Banco de acordo com o seguinte cronograma de pagamento: em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 25 de abril de 2012 e a última em 25 de julho de 2012, cada uma delas no valor de R\$ 12.646, somadas ao valor correspondente aos juros.

Em 23 de abril de 2012 foi realizado um novo aditivo referente ao contrato Nota de Crédito Industrial, que teve por finalidade alterar o vencimento final do instrumento de crédito acima caracterizado, cujo valor atualizado até a data de 23 de abril de 2012, compreendendo principal e encargos pactuados, era de R\$ 54.171 mil. O vencimento final ficou repactuado em uma única parcela para 30 de abril de 2013. Os encargos financeiros no empréstimo renovado se mantiveram em CDI + 0,34 % ao mês.

- (b) Em 08 de abril de 2011 foram contratados R\$ 106.290 mil, liberados em junho de 2011, referente a 50% de adiantamento do FAT (R\$ 212.581 mil), com taxa de 14,99% ao ano, denominado “Ponte 2”, destinado essencialmente ao pagamento do empréstimo-ponte de R\$ 100.000 mil vinculado ao FNE. Tal operação se fez necessária para a liberação de limites para emissão das Cartas de Crédito dos equipamentos importados no âmbito do FNE.

Em 23 de abril de 2012 foi renovado o contrato referente ao “Ponte 2”, de R\$ 106.290 mil, ocorrendo o pagamento parcial do principal de R\$ 38.953 mil e sendo repactuado o valor de R\$ 67.337 mil. Os encargos no empréstimo renovado se mantiveram em CDI + 3,0 % ao ano.

- (c) Em 31 de março de 2011 foi disponibilizado em conta vinculada junto ao Banco do Nordeste do Brasil o montante de R\$ 212.582 mil, com taxa de TJLP + 4% ao ano, com recursos provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) referente ao financiamento contratado em 22 de dezembro de 2010 junto ao BNB, tendo sido efetivamente liberados até dezembro de 2012 R\$ 151.487 mil. Em 31 de dezembro de 2012 os valores não desembolsados permaneciam bloqueados para movimentação pela Energética Suape II, pois sua liberação é realizada à medida que os documentos comprobatórios da construção da UTE são apresentados e aceitos pelo banco.
- (d) Em 13 de agosto de 2010 foram contratados junto ao BNB R\$ 199.785 mil, com taxa de 10% ao ano e bônus de adimplência de 1,5%. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e foram utilizados integralmente para pagamento das Cartas de Crédito emitidas no âmbito do Contrato de Fornecimento de Equipamentos celebrado com a Wartsila Finland Oy. A dívida será paga de acordo com o seguinte cronograma: amortizações mensais e sucessivas, vencendo-se a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

primeira em 10 de setembro de 2012 e a última em 10 de novembro de 2026, somando-se ainda em cada parcela mensal o valor correspondente aos juros incidentes sobre o correspondente saldo devedor, exceto no período de carência contratual, onde os pagamentos dos juros foram trimestrais.

- (e) A Companhia possui, de acordo com os contratos de empréstimos, diversos covenants e garantias a serem cumpridas, tais como: fiança, hipoteca de bens, aval dos sócios, penhor de ações dos sócios. Adicionalmente, para os contratos FAT e FNE é exigida a manutenção de um fundo de liquidez em conta reserva para garantia de pagamento de cada financiamento.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	170.670	350.963	521.633
Ingressos	18.037	42.965	61.002
Encargos	56.389	-	56.389
Amortização de principal	(39.356)	-	(39.356)
Pagamento de juros	(54.808)	-	(54.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.932	393.928	544.860

Os vencimentos em longo prazo tem a seguinte composição:

	2012	2011
2013	-	18.037
2014	19.495	19.495
2015	21.013	21.013
2016	22.555	22.555
2017 em diante	330.865	269.863
	393.928	350.963

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

12. Impostos a pagar e contribuições sociais

	2012	2011
Imposto de Renda - IR	6.998	80
Contribuição Social	2.498	-
Imposto de Renda diferido (a)	7.073	-
Contribuição Social diferida (a)	2.546	-
INSS	207	79
FGTS	11	12
PIS	260	-
ISS	113	1.219
COFINS	1.197	-
Outros	93	4
	20.996	1.394
Circulante	(11.308)	(1.394)
Não circulante	9.688	-

(a) Referente a ajustes de RTT relativos a diferença da taxa de depreciação dos bens, conforme vida útil econômica em comparação com as taxas geralmente aceitas pelo Fisco Federal.

Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2012
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	52.385
Ajustes de RTT	(7.410)
	44.975
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	15.292
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:	
(+) Adições	
Benefícios a administradores	19
Pesquisa e desenvolvimento	562
Despesas com Rveras consultoria	3.278
Recebimentos de órgãos públicos	100
	3.959
(-) Exclusões	
Depreciação - diferença taxa fiscal e ANEEL	(9.619)
Receitas órgãos públicos	(151)
Outras exclusões	(516)
	(10.286)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	8.965

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

13. Dividendos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está calculado como segue:

	2012 - R\$ mil
Lucro líquido do exercício	43.420
Prejuízo acumulado	(35.042)
Lucro líquido ajustado	8.378
Constituição da reserva legal	(419)
Base de cálculo do dividendo	7.959
Dividendo mínimo obrigatório	1.990

Por conta da vedação contratual existente na cláusula 3.2, letra “j” do contrato de penhor de ações do FAT e FNE, a Energética Suape II não poderá aprovar qualquer obrigação de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio até o cumprimento integral das obrigações garantidas, ressalvados os dividendos mínimos obrigatórios. A Administração já solicitou formalmente, junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, a autorização da distribuição destes valores.

14. Contingências

Atualmente, a Companhia está exposta a contingências de natureza fiscal e cíveis decorrentes do curso normal de implantação da UTE SUAPE II. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais.

Em função do atraso no início da operação comercial da UTE SUAPE II, devido ao descumprimento de sucessivos prazos de conclusão da implantação da SE Suape II pela CHESF, a Companhia vem recebendo desde fevereiro de 2012 notificações mensais da CCEE referentes às penalidades nas contabilizações mensais, relativas às supostas insuficiências de lastro de potência e de energia contratadas nos CCEAR's pela Companhia. A fim de suspender a cobrança de garantias financeiras, de obrigações de compra de lastro de energia/potência e de penalidades impostas pela CCEE, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0006981-45.2012.4.01.3400, de 20 de fevereiro de 2012, de forma a desconstituir as obrigações contratuais e regulatórias decorrentes de atraso no fornecimento de energia por parte da Usina Termelétrica Suape II em função do atraso da implantação da SE Suape II pela CHESF.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

À respeito da decisão favorável deste Mandado de Segurança, proferida em primeira instância no dia 28 de janeiro de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia destaca que:

(i) A probabilidade de perda deste processo é remota, segundo parecer elaborado pelo escritório de advocacia contratado pela Companhia em 2012 para patrocínio da causa;

(ii) No caso de improcedência do Mandado de Segurança em sentença transitada em julgado, a Companhia terá passivo materialmente relevante a ser pago à CCEE, nos termos de seus Procedimento de Comercialização aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2012, este passivo se constituía na necessidade de aquisição de lastro de energia no montante de 1.926.743,93 MWh, a ser liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) vigente para o submercado Nordeste por ocasião de sua aquisição, e penalidades por insuficiência de lastro de potência e energia no exercício de 2012 no valor estimado de R\$ 233.325.122,02 (duzentos e trinta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil, cento e vinte e dois reais e dois centavos).

15. Débitos com empresas ligadas

No primeiro semestre de 2011, o acionista Nova Cibe Energia S.A atrasou os seus aportes que deveriam ser efetuados até 28 de fevereiro de 2011, assim, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras se pronunciou quanto a opção de compra das ações não integralizadas, segundo ditames do Acordo de Acionistas da Companhia. Assim, em abril de 2011, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras aportou na Companhia o valor de R\$ 48.400 mil, equivalente ao saldo não integralizado pela Nova Cibe Energia, com a finalidade de caracterizar o exercício de opção de compra das ações não integralizadas.

Não tendo aceito tal procedimento, a Nova Cibe Energia S.A. aportou o saldo não integralizado em maio de 2011. Tal duplicidade de aportes sobre um mesmo grupo de ações subscritas acabou por originar um processo de arbitragem, de modo a verificar a regularidade dos procedimentos tomados para opção de compra das ações não integralizadas.

Neste contexto, e com base no deliberado na Assembleia Geral de Acionistas em 1º de junho de 2011, o valor depositado pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras foi transferido para aplicação de longo prazo no Banco do Brasil, estando sua contrapartida registrada em obrigações de longo prazo, na rubrica de débitos com empresas ligadas até a finalização da arbitragem. Este valor encontra-se acrescido dos rendimentos auferidos na aplicação financeira, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 monta em R\$ 56.048 mil (31.12.2011 - R\$ 51.385 mil).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital autorizado e subscrito

É dividido em 139.977 mil (2011 - 139.977 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, conforme demonstrado em quadro abaixo:

	2012 e 2011	
	Ações ordinárias	Valor
Acionistas		
Nova Cibe Energia S.A.	111.982	111.982
Petroleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A seguir, estão apresentadas as integralizações de capital ocorridas:

	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>8.813</u>
Integralização em 11/01/2010	3.000
Integralização em 05/03/2010	10.164
Integralização em 28/04/2010	1.299
Integralização em 21/05/2010	3.000
Integralização em 19/11/2010	10.701
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>36.977</u>
Integralização em 27/01/2011	12.000
Integralização em 28/01/2011	3.000
Integralização em 28/02/2011	14.600
Integralização em 28/04/2011	10.000
Integralização em 06/05/2011	20.000
Integralização em 15/05/2011	10.000
Integralização em 18/05/2011	18.400
Integralização em 01/11/2011	3.000
Integralização em 02/12/2011	4.191
Integralização em 05/12/2011	30
Integralização em 25/12/2011	7.779
Saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2012	<u>139.977</u>

16.2. Reserva legal

Definido conforme estatuto social no total de 5% sobre o lucro líquido, após as deduções de prejuízos acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi constituído a título de reserva legal um total de R\$ 419 mil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

16.3. Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia demonstra abaixo o cálculo de lucros ou prejuízos por ação, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações):

	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	43.420	(26.068)
Ações ordinárias	139.977.000	139.977.000
Lucro (prejuízo) por ação ordinária	<u>0,31</u>	<u>(0,19)</u>

17. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Diretores da Companhia, os quais recebem honorários mensais fixos e não gozam de outras vantagens. O montante pago em 2012 foi de R\$ 1.414 mil (2011 - R\$ 1.303 mil).

18. Receita operacional líquida

	2012
Receita bruta de vendas	
Receitas com contratos de energia	183.145
	<u>183.145</u>
Deduções de vendas	
PIS e COFINS	(16.892)
Outros	(1.655)
	<u>(18.547)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>164.598</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

19. Informações sobre a Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Natureza		
Gastos com pessoal	(3.686)	(3.414)
Depreciação e amortização	(23.074)	(83)
Aquisição de energia elétrica	(6.382)	-
Gastos com materiais	(1.457)	(4.293)
Encargos de uso da rede	(1.212)	(529)
Serviços prestados de terceiros	(15.472)	(2.444)
Impostos, taxas e contribuições	(326)	(103)
Seguros	(3.383)	(5.079)
Rendimento de aplicação financeira	11.989	11.242
Descontos e juros obtidos	74	7.742
Juros sobre financiamento	(59.068)	(22.678)
Despesa bancária e outras despesas financeiras	(5.570)	(4.098)
Variação cambial líquida	(3.767)	(786)
Outras receitas operacionais	1.461	-
Outros	(2.340)	(1.557)
	<u>(112.213)</u>	<u>(26.080)</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(36.974)	-
Gerais e administrativas	(20.359)	(17.491)
Despesas financeiras	(64.638)	(15.953)
Receitas financeiras	12.062	8.162
Variação cambial líquida	(3.766)	(786)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.462	-
	<u>(112.213)</u>	<u>(26.080)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	Categoria	Ativos (passivos) financeiros			
		2012		2011	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	22.242	22.242	1.890	1.890
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	26.528	26.528	-	-
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	131.713	131.713	174.707	174.707
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(26.444)	(26.444)	(96.304)	(96.304)
Empréstimos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(544.860)	(544.860)	(521.633)	(521.633)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

20.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

20.3. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros pelo valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para o financiamento dos investimentos de distribuição de energia.

20.4. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

20.5. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pelo setor financeiro.

20.6. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira oriunda de aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A Energética Suape II S/A não pactuou contratos derivativos para fins de “hedge” contra estes tipos de risco, porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade destas taxas.

Análise de sensibilidade de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras vinculadas ao CDI. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros. A análise de sensibilidade não foi estendida para a TJLP, por não existir oscilações expressivas neste índice, conforme observado em séries históricas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou cenários de variação no CDI. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício e para o cenário provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado. Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado abaixo:

Simulação com expectativa do CDI para 31 de dezembro de 2013:

	Cenário atual	Cenário remoto I (-50%)	Cenário possível I (-25%)	Cenário provável	Cenário possível II (+25%)	Cenário remoto II (+50%)
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Saldo de aplicações, conforme taxa projetada	51.523	53.538	54.546	55.553	56.561	57.568
Taxa média (% do CDI)	100%	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	7,82%	3,91%	5,87%	7,82%	9,78%	11,73%

b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava saldo de passivo em moeda estrangeira (euro). Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra eventual valorização da moeda em relação ao real.

A exposição, pelo valor contábil da transação, ao risco da taxa de câmbio na data do encerramento dos exercícios está destacada abaixo:

	2012	2011
Exposição cambial		
Passivos financeiros (fornecedores)	7.372	59.385

Análise de sensibilidade de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição a variações de cotação no euro decorrentes dos saldos de fornecedores em aberto e em moeda estrangeira no fim do exercício.

Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

1. Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais a Companhia;
2. Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

Abaixo são apresentados dois cenários, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de dezembro de 2013. No cenário I, consideramos uma apreciação do real frente ao euro de 25% e 50%, enquanto no cenário II, uma desvalorização do real frente ao euro de 25% e 50%, conforme tabelas abaixo:

Cenários de taxa de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível I (-25%)		Cenário remoto I (-50%)	
Euro de referência	Desvalorização	Euro de referência	Valorização	Euro de referência	Valorização
2,71	(0,72%)	2,03	(24,46%)	1,35	(49,64%)

Cenários de taxa de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível I (+25%)		Cenário remoto I (+50%)	
Euro de referência	Desvalorização	Euro de referência	Desvalorização	Euro de referência	Desvalorização
2,71	(0,72%)	3,39	25,90%	4,07	51,09%

A simulação abaixo, baseada na análise de sensibilidade acima, apresenta os possíveis ganhos e perdas com passivos financeiros em moeda estrangeira:

	Impacto projetado sobre os passivos financeiros para 31/12/2013				
	Cenário remoto I (-50%)	Cenário possível I (-25%)	Cenário provável	Cenário provável II (+25%)	Cenário remoto II (+50%)
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Fornecedores estrangeiros	3.659	1.803	53	(1.910)	(3.766)

20.7. Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas, que, em geral, requerem a manutenção de valores em aplicações financeiras restritas em determinados níveis (“covenants” financeiros).

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia estava adimplente com todos os covenants previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)**

21. Seguros (Não auditado)

A companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil, englobando suas estruturas civis e equipamentos eletromecânicos, incluindo nesse programa as coberturas por responsabilidade civil em sentença judicial transitada em julgado, relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência do contrato de seguro, contratados conforme abaixo:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2013	24.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2013	30.000
Riscos Nomeados e Operacionais	09/01/2013	512.400

22. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou os eventos subsequentes a data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2012 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 28 de janeiro de 2013.

Em 24 de janeiro de 2013 foi iniciada a operação comercial da UTE Suape II, com previsão de despachos em percentual relevante da capacidade instalada até o final de 2013.

Em 28 de janeiro de 2013 foi divulgada a sentença da segunda vara federal do Distrito Federal favorável a Energética Suape, onde foi ratificada a decisão que deferiu em parte o pedido liminar e concedeu parcialmente a segurança pleiteada para anular os efeitos do Despacho nº 217/2012 - ANEEL em relação à impetrante e determinar o cumprimento pleno do contrato de concessão (CCEAR referente ao Leilão A-5 de 2007), inclusive mediante o pagamento de receita fixa à concessionária, independentemente da aquisição de lastro de energia no mercado ou outra modalidade de garantia.

Em 24 de janeiro de 2013 ocorreu uma mudança de controle acionário da companhia, com alienação de 80% das ações ordinárias nominativas, antes pertencentes à Nova Cibe Energia S.A., para a Savana SPE Incorporações Ltda.